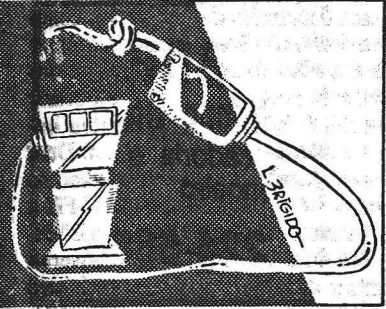


Combustível



O empréstimo compulsório de 28% sobre os preços da gasolina automotiva e do álcool carburante será cobrado no ato da venda desses produtos pelas empresas refinadoras, distribuidoras e varejistas de combustíveis e recolhido ao Banco Central pelas empresas refinadoras no prazo de 15 dias úteis.

De acordo com o Decreto-Lei nº 2.288, esse empréstimo será cobrado por um prazo de três anos até 31 de dezembro de 1989. O consumidor por por sua vez resgatará o empréstimo no último dia do terceiro ano posterior ao do recolhimento. O valor a ser resgatado será igual, segundo o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao valor do consumo médio nacional por veículo, acrescido de rendimento equivalente ao das cadernetas de poupança.

A Secretaria da Receita Federal se encarregará de divulgar oportunamente os cálculos para o resgate do empréstimo compulsório sobre os combustíveis. O consumidor, no ato do pagamento do IPVA — Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores — receberá, de acordo com a média do consumo nacional e da potência de seu veículo, um cupom com o valor do resgate.

O ministro Funaro esclareceu que, se o contribuinte considerar que o valor a ser resgatado é inferior ao que ele de fato recolheu, deve juntar todas as notas fiscais referentes às compras dos combustíveis e entrar com processo (requerimento) junto à Receita Federal, que examinará "com carinho" sua situação.

Caminhões

A frota de caminhões brasileiros — responsável pelo abastecimento do país — praticamente não será atingida pelo depósito compulsório de gasolina e álcool: 86,1% da frota de 959 mil caminhões são movidos a óleo diesel e só 13,9% (cerca de 133 mil caminhões) consomem gasolina.

O presidente da Associação Nacional dos Transportadores Rodoviários de Carga (NTC), Thiers Fatori Costa, ao citar estes números, informou que a maioria dos caminhões a gasolina pertence a grandes cadeias de lojas, como Sears, Mappin, ou faz transporte regional ou municipal. As transportadoras e os transportadores autônomos, responsáveis por longos percursos, têm frota movida a diesel.

Táxis

Somente os táxis terão direito de repassar ao consumidor o aumento de 28% sobre os preços da gasolina e do álcool. Durante encontro com os líderes políticos, ontem à tarde no Palácio do Planalto, o Presidente José Sarney informou que o Conselho Interministerial de Preços se reúne hoje para autorizar o reajuste das tarifas dos táxis entre 11% e 15%.

"Só os táxis", disse e repetiu o ministro Dilson Funaro, respondendo a centenas de perguntas dos repórteres após o anúncio das novas medidas econômicas. Funaro foi taxativo: "Os outros setores não podem subir os preços. Nem ônibus, nem qualquer outro tipo de transporte. Não aumentou o óleo diesel, o pneu não subiu e não houve qualquer outro ajuste". O ministro da Fazenda chegou a exagerar: "Está tudo congeladíssimo".

O presidente do Banco Central, Fernando Bacher, à entrada do Ministério da Fazenda, também explicou o aumento das tarifas dos táxis e defendeu a tese de que o empréstimo compulsório não é inflacionário: "O empréstimo não pode ter efeito inflacionário porque não afetou o óleo diesel. Diesel é que efetivamente inflaciona, pois o reajuste é repassado ao consumidor".

Consórcio

O lance para retirada de qualquer bem por consórcio foi suspenso por 120 dias a partir de ontem, data da publicação da portaria nº 247, do ministério da Fazenda, no Diário Oficial. Foram mantidas as distribuições por sorteio, sem especificar a quantidade de bens sorteados em cada assembleia mensal.

Inicialmente, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, havia assegurado que a suspensão de retirada de veículos ou outros bens por lances não ultrapassaria 90 dias. Durante o período de "trégua" de 120 dias, a Receita Federal vai estudar uma nova legislação para os consórcios. A proibição por 120 dias se estende também à formação de novos grupos de consórcio, à formação de grupos cuja captação de recursos não tenha sido com-

Quando você vai gastar para encher o tanque do seu carro

Inicialmente o governo pensava cobrar um imposto compulsório de 25% sobre o preço atual da gasolina e do álcool carburante. No final da tarde de ontem, os técnicos que tratam das mu-

provadamente iniciada, mediante depósito bancário, até 23 de julho passado, antecipações das prestações, e ampliações de área de operação, solicitadas a qualquer título. Esse instrumento permitia a seus portadores adquirir outro bem — um videocassete por exemplo — em lugar do carro. Foi vetada a emissão de carta de crédito. Consorciado que já possuía carta de crédito poderá exigir da administradora sua substituição pela autorização de entrega do produto.

Esta entrega de bens — somente por sorteio — será feita após autorização de faturamento e entrega, intransferível, emitida pela administradora do consórcio, contendo: qualificação do consorciado, valor do bem, precisa especificação do bem, emissão de nota fiscal.

Notas falsas

"O tráfico de notas falsas" representará um dos principais riscos do sistema de cobrança do empréstimo compulsório sobre o consumo de gasolina e álcool, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gil Siuffo.

Os postos de gasolina não possuem notas fiscais, já que recolhem o Imposto Único sobre Óleos e Lubrificantes. Para passar a adotar o sistema de emissão de nota fiscal, o governo precisará primeiro regulamentar sua obrigatoriedade — o que ainda deverá demorar algum tempo. O assunto não é visto com muita simpatia pelos empresários do setor, de acordo com Gil Siuffo. Eles acreditam que, com a adoção do sistema de emissão de notas fiscais, que permitira ao consumidor reclamar, futuramente, a devolução que lhe parecer mais adequada, os postos terão que realizar contratações para atender à nova função. Como o empréstimo compulsório deverá acarretar redução do consumo de combustível e do faturamento, a situação de emprego poderá complicar-se.

Gil Siuffo adverte que os revendedores estão com suas margens de rentabilidade congeladas desde fevereiro, mas com o aumento do consumo foi possível compensar as perdas, graças à elevação das vendas de gasolina, álcool e outros derivados de petróleo. Nos últimos meses, o consumo de derivados de petróleo e álcool carburante atingiu a média diária de 1 mil 217 barris, sendo o segundo maior volume comercializado nos últimos 24 meses. Este mês, segundo o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, o consumo já está girando em torno de 1 mil 400 barris diários, e sem incluir o álcool, em torno de 1 mil 200 barris diários.

O dirigente do setor também considera impossível estabelecer os níveis de consumo médio por veículo como forma de cálculo do valor das devoluções a serem realizadas. Ele ilustrou com três exemplos: em 1974, o consumo médio anual por carro foi de 2 mil 960 litros; em 1984 caiu para 1 mil 105 litros; no ano passado, voltou a experimentar ligeira elevação, chegando a 1 mil 500 litros.

Gil Siuffo considera também que não há forma de controlar o consumo de taxi, que poderia pagar preços menores pelo combustível adquirido nos postos de serviços. Alguns motoristas poderiam perfeitamente comprar gasolina a preços inferiores para depois revendê-la majorada.

Segundo ele, não há também nenhuma fórmula definida para tratar as locadoras de automóveis, já que os usuários dos carros pagariam o combustível majorado em 28%, enquanto a empresa (verdadeira proprietária dos veículos) acabaria recebendo as devoluções correspondentes.

— O governo deveria ter assumido publicamente a necessidade de aumentar diretamente os preços da gasolina e do álcool — conclui Gil Siuffo.

Corrida aos postos

Ganhar alguns cruzados na diferença de preço no álcool e gasolina de ontem e de hoje, que acreditam já incluir o compulsório de 28%, foi a razão do aumento do número de motoristas abastecendo nos dois postos de maior movimento da Zona Sul. No final da tarde de ontem, cerca de 40% a mais de carros do que em dias anteriores lotavam o posto da Catacumba, de propriedade da Companhia Mercantil Itaipava, que funciona o dia inteiro.

No posto da Esso, na esquina de Vieira Souto e Epitácio Pessoa, à medida que a noite avançava, crescia o fluxo de veículos querendo encher o tanque antes do fechamento às 20h. Os frentistas calculavam em 20% o aumento do número de carros, o que chegou a provocar, várias vezes, um início de engarrafamento na Vieira Souto, porque a fila para a entrada ao posto misturava-se aos automóveis que se deslocavam em direção ao Leblon. Mensalmente, este posto vende 500 mil litros de combustível, enquanto que o da Itaipava esperava atingir, este mês, o recorde nacional de 2 milhões 400 mil litros.

danças do programa econômico resolveram elevar a alíquota do imposto para 28%. Veja quanto você deverá gastar dentro do novo percentual:

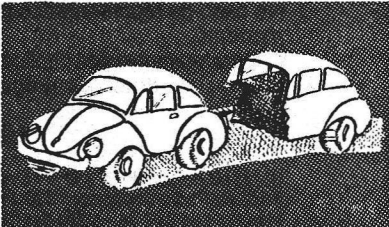
modelo	tanque	antes das medidas álcool — gasolina Cz\$	depois das medidas álcool — gasolina Cz\$
FIAT	52	161,2	206,3
147	55	170,5	218,2
Uno	52	161,2	206,3
Panorama	52	161,2	206,3
FORD			
Corcel	57	176,7	226,1
Belina	63	195,3	249,9
Del Rey	57	176,7	226,1
Escort	48	148,8	190,4
GENERAL MOTORS			
Chevette	45	139,5	178,5
Monza	61	189,1	242,0
OPALA	84	260,4	333,3
Caravan	84	260,4	333,3
VOLKSWAGEN			
Fusca	41	127,1	162,6
Gol (Água)	55	170,5	218,2
Voyage	55	170,5	218,2
Passat	60	186,0	238,0
Kombi	47	145,7	186,4
Santana	75	232,5	297,6

Foram considerados apenas os modelos mais vendidos

Fonte: Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC

- 1 Empréstimo compulsório sobre a venda de gasolina e álcool;
- 2 Empréstimo compulsório de 30% sobre carros zero quilômetro e até um ano de fabricação, 20% até dois anos e 10% com mais de dois anos até quatro anos de fabricação;
- 3 Taxa não restituível de 25% sobre a venda de passagens aéreas;
- 4 Taxa extra não restituível de 25% sobre a venda de dólares a turistas;
- 5 Lançamento de letra hipotecária para captação de recursos para o Sistema Financeiro da Habitação;
- 6 Criação de nova caderneta de poupança, com taxa livre de remuneração, mas sem a garantia do governo;
- 7 Permissão para fundos mútuos emitir quotas ao portador, dentro de determinadas condições;
- 8 Redução de 50% para 45% do imposto de renda das instituições financeiras;
- 9 Aumento do imposto de renda nas aplicações financeiras de curto prazo e diminuição, para as de longo prazo e;
- 10 Ato obrigando os fundos de previdência privada a subscrever obrigações de 10 anos que serão emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Automóveis



COMPRAR um automóvel novo, do ano, ou até com um ano de fabricação, a partir de hoje e até 31 de dezembro de 89, vai custar para o consumidor mais 30% sobre o preço do veículo. Isto é que estabelece o Decreto-Lei 2.288, assinado ontem pelo presidente José Sarney, que cria também o Fundo Nacional de Desenvolvimento e institui o empréstimo compulsório para a compra de veículos e sobre os preços da gasolina e do álcool carburante.

A cobrança do empréstimo compulsório por um período de três anos para a compra de automóveis de passeio e utilitários, de acordo com o ato presidencial, recal também, no índice de 20%, para a aquisição de veículos com mais de um ano e até dois anos de fabricação e de 10%, no caso de veículos com mais de dois anos e até quatro de fabricação.

O decreto-lei especifica que, nas vendas de automóveis de passeio e utilitários, a cobrança do empréstimo compulsório será feita no momento da aquisição, antes do licenciamento ou da transferência de propriedade. O vendedor reterá uma via do documento da arrecadação do empréstimo e será solidariamente responsável pelo pagamento.

As repartições de trânsito deverão arquivar, no ato da transferência de propriedade de veículo, cópia do documento de arrecadação do compulsório. A Receita Federal se encarregará de baixar, periodicamente, os valores de veículos usados para a determinação do montante do empréstimo.

Estão isentos do pagamento desse empréstimo as compras de veículos com mais de quatro anos de fabricação, quando ocorrer alienação fiduciária em garantia, na compra de veículos destinados à condução de passageiros na categoria de aluguel — táxis — e em casos especificados em ato do ministro da Fazenda.

O valor do empréstimo compulsório ficará indisponível no Banco Central. O seu recolhimento será feito junto à rede arrecadadora da Receita Federal, em documento próprio, especificado em ato do governo.

O resgate desse empréstimo será feito no último dia do terceiro ano posterior a seu recolhimento, efetuando-se o pagamento com quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento e com rendimento equivalente ao das cadernetas de poupança.

O descumprimento parcial ou total do recolhimento do empréstimo compulsório implicará, segundo o ato do presidente Sarney, a automática inscrição como dívida não tributária, com aplicação de multa de 100% para efeito de cobrança executiva.

Diálogo tenso

"Queremos falar com o ministro Funaro". Ouvindo o grito que partia de cerca de cem vendedores de consórcios reunidos em protesto diante do Ministério da Fazenda, o ministro Dilson Funaro resolveu ir de encontro aos manifestantes, em vez de entrar no prédio para presidir a reunião em que o Conselho Monetário Nacional aprovaria as medidas do Plano de Metas. O diálogo começou em clima tenso, embora o ministro mantivesse a tranqüilidade.

Ministro, o senhor sabe que as medidas contra os consórcios provocaram desemprego para cerca de 50 mil vendedores? — perguntou, agressivo, o representante dos manifestantes, Antonio Santos, de Goiânia. Se não há o que vender, automaticamente, nós, que somos comissionários, não temos o que ganhar, ministro...

Calma. O que quero é deixar claro o que precisamos fazer. Você sabe que os consórcios estavam vendendo o que o Brasil não conseguia produzir. Segundo levantamento, só os carros atrasados já somavam 45 mil. Há o lado de vocês, mas também há o dos consorciados: havia

reclamações de todos os lados, gente que pagava e não recebia o de direito. O sistema estava caindo no descrédito. Então, pedimos um prazo de 120 dias para poderemos levantar a situação em detalhes, com documentos. E em todos os setores onde existem o produto, estamos liberando para que, neste prazo, não exista desemprego para vocês.

— Mas o desemprego existe, ministro — insistiu o vendedor — por que os senhores não encontram outra saída, por exemplo, liberar os consórcios? O nosso problema é grave, ministro. A grande maioria não tem qualquer vínculo empregatício, não somos sindicalizados: falta carro para vender, falta comida na nossa casa...

— Esta falta de vínculo é séria mesmo. Acho, até, que vocês deveriam marcar encontro com o ministro do Trabalho... — reconheceu o ministro Funaro.

— Mas nós cremos que, entre o senhor e seus assessores, há gente competente para encontrar solução. Por exemplo: Por que não contrataram montadores de carros estrangeiras? — sugeriu o vendedor.

Neste ponto da conversa o ministro achou a saída e propôs: "Quanto às montadoras estrangeiras, vocês sabem que não é possível. Demandaria tempo e causaria muitos problemas. Mas vamos fazer uma coisa: na sexta-feira, às 10 da manhã, três de vocês estejam aqui, me encontrem no Ministério e vamos conversar. Está bom assim?"

Carros de 81

O empréstimo compulsório sobre os automóveis novos e usados eliminará os especuladores do mercado, na opinião do presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, José Edgar Pereira Barreto Filho, para quem os automóveis de 1981 para trás sofrerão também uma valorização nos seus preços.

— Os veículos abaixo de 1981 não pagarão compulsório e seus preços poderão se elevar em pelo menos 15%. O empréstimo compulsório significa prejuízo para o especulador. Agora, só falta a Sunab permitir que nós escolhamos nossos fregueses. Atualmente a Sunab nos obriga a obedecer uma lista de espera — afirmou Pereira Barreto.

Na análise de Pereira Barreto, ele leva em consideração o fato de que o depósito compulsório praticamente é a cobrança do ágio, que, por sua vez, representa o aumento que a indústria automobilística não conseguiu.

— Quando a indústria terá um reajuste de preços? Isso seria importante. O ágio cobrado nos carros, em geral do redor de 25%, era um reflexo do que se publicava sobre defasagem de custos da indústria automobilística. O governo tem que acertar a situação da indústria, que pelas informações que temos está com seus custos defasados — concluiu.

Detran congestionado

A instituição do compulsório sobre o valor das transações com carros novos e usados surpreendeu até mesmo o diretor do Detran do Distrito Federal, Jonas Torraca, que comprou um carro há dois meses e só ontem resolveu providenciar a transferência, temendo a sobretaxa que passa a vigorar a partir de hoje.

Em dias normais, o Detran atende, diariamente, em Brasília, 200 pessoas em média para regularizar as transações com veículos usados. Ontem, este número subiu para 700 só entre 11h30m às 15 horas. "Nós esperávamos o aumento de pessoas com esta medida adotada pelo governo através do Plano de Metas, mas não nesta proporção", comentou o diretor do Detran. Na manhã de ontem, Torraca observou que nem ele, nem o contribuinte tinham "o mínimo conhecimento" das medidas econômicas tomadas pelo governo no final da tarde.

Do lado de fora do prédio do Detran, aos fundos do Palácio do Buriti, sede do governo de Brasília, os despachantes cobravam Cz\$ 300,00 para "aliviar o desespero" dos que preferiam abreviar a burocracia diante dos guichês, onde 31 funcionários perderam o almoço para atender à corrida dos proprietários de carros novos e usados.

— O Detran não vai conseguir resolver o tumulto, então a gente quebra o galho — disse um despachante, que só no período da tarde atendeu a 50 pessoas. Antes do anúncio do empréstimo com-

pulsório, o mesmo despachante encaminhava a documentação de apenas 2 pessoas, em média, por dia.

As agências de viagem de Brasília estiveram à beira do colapso, segundo o gerente da Trejeito Turismo, Wagner de Lima, que comanda um grupo de 11 funcionários. "As 18 empresas aéreas que operam em Brasília não tinham condição de emitir bilhetes e passaram todo esse trabalho para as agências de viagem", disse ele.

Na Bradesco Turismo, agência do setor comercial, no centro da cidade, o subgerente Renato Wanderley do Amaral disse ter vivido um "dia de cão". Ele e o gerente tiveram de ajudar os 15 funcionários na emissão de passagens aéreas para o exterior.

Custódio Toscano Filho, da Toscano Turismo, disse que o Plano de Metas apressou os passageiros que estavam indecisos. "As autoridades brasileiras precisam tomar aulas na Espanha e em Portugal para fazer do turismo nacional uma fonte de renda e não uma fonte de pressão sobre os usuários", recomendou.

Maior movimento

Em Porto Alegre, o movimento nos bancos, cartórios, Polícia Federal e Detran foi intenso durante todo o dia. No 1º tabelionato, cartório do Centro da cidade, na parte da tarde 200 pessoas reconheceram a firma de documentos referentes à venda de carros e transferências de veículos.

Na divisão de veículos da Polícia Civil foram expedidos cerca de 700 pedidos de negativa de multas para transferências de automóveis e registros de carros. Na seção de vistoria, as pessoas formaram filas para apresentar documentação de veículos do interior e de outros Estados, para posterior emplacamento. O delegado José Valenti Pereira da Silva classificou o movimento como surpreendente. Informou que só durante a tarde houve 900 solicitações para licenciamento de carros, alguns antes do prazo. As filas foram grandes também nos setores de câmbio dos bancos, onde as pessoas tentavam trocar dólares para viagens ao exterior. Na polícia marítima, aérea e de fronteira da Polícia Federal, mais de 300 pessoas fizeram seus passaportes.

"Carrões" continuam

No Rio, os donos de carros grandes como Dodge Dart e Ford Galaxie, que tinham-se animado a utilizar mais o automóvel com o congelamento do preço da gasolina, esperam a definição das medidas do Governo para saber o que fazer com seus automóveis. A tendência deles é continuar usando os carros. O conforto, a segurança, as taxas mais baratas e o seguro contra roubo bem mais em conta compensam os gastos com gasolina, é o argumento.

— A gasolina vai aumentar, mas quem tem carro econômico também sofrerá com esse aumento, com a diferença que quem tem carro mais novo paga IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) e seguro bem mais caros que eu — afirmou Paulo Castilho, engenheiro, dono de um Ford Landau 1979.

O empresário José Clóvis de Araújo Silveira, que tem fábrica de roupas infantis e femininas na Praça da Bandeira, sempre foi um apreciador de carros grandes. Fiel comprador dos modelos da Chrysler do Brasil, José Clóvis tem carros grandes desde 1973. Teve um Dodge Charger, o modelo esportivo da Chrysler — "o tipo de linha de automóveis que eu gosto" — mas durante os aumentos sucessivos do preço da gasolina, desistiu desses carros. Até que há dois anos, depois de admirar por algum tempo o Dodge Le Baron, 1979, de um conhecido, decidiu comprá-lo. Pagou Cr\$ 8 mil.

José Clóvis já recebeu proposta de compra do Le Baron por Cz\$ 55 mil em junho passado, mas não vai vendê-lo. É com ele que vai e volta do trabalho, num percurso entre o Grajaú, onde mora, e a Praça da Bandeira. De vez em quando viaja no Le Baron para São Paulo: "É uma maravilha, oferece segurança e é muito confortável". Encher o tanque não chega a ser um problema — são 107 litros — porque normalmente usa pouco o carro, que está bem conservado.

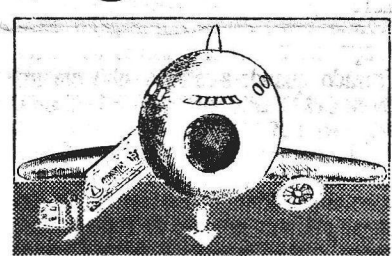
O jornalista Tarso de Castro tem um Dodge Dart que não é tão bem conservado como o de José Clóvis de Araújo

Silveira, mas não se importa: "Meu grande sonho era ter um carro grande como esse".

— É um carro que a gente pode deixar aberto quando estaciona, até com as chaves na ignição. É só colocar um bilhete informando que está sem gasolina que ninguém se interessa em roubá-lo.

O engenheiro Paulo Castilho, dono de um Landau 1979, cinza chumbo com capota de vinil, vai todos os dias trabalhar de carro. Saindo do Jardim Botânico, onde mora, e parando no Flamengo, onde tem escritório. Um percurso de cerca de 12 quilômetros. O anúncio das medidas do governo assustou o engenheiro, mas ele pondera: "Em princípio vou manter meu Landau. Porque o negócio é analisar o empate de capital nesse carro. O problema de se gastar muito com gasolina é relativo, porque, para quem roda pouco como eu, o custo operacional é menor."

Viagens



O Conselho Monetário Nacional instituiu a cobrança de uma taxa de 25% sobre as vendas de dólares destinadas a atender a gastos com viagens ao exterior. Também sobre as passagens internacionais aéreas ou marítimas — ou ordens para fornecimento destas passagens — será cobrada taxa no mesmo valor (25%) na emissão. Ao contrário dos empréstimos compulsórios, estas taxas não serão restituídas aos contribuintes.

A taxação não incluirá a remessa de dólar — no limite de US\$ 300 — para custear despesas de brasileiros no exterior. Segundo o presidente do Banco Central, Fernando Bracher, com a cobrança das taxas sobre os dólares e passagens para o exterior, a arrecadação será superior a 300 milhões de dólares. Nos últimos 12 meses, houve uma saída de 500 milhões de dólares, somente em cheques de viagem.

As taxas

A cobrança destas taxas está prevista na Lei 4.131 que determina a aplicação dos recursos arrecadados na compra de ouro e de divisas, com o objetivo de reforçar as reservas internacionais, sem emissão de moeda. Será cobrada uma multa de Cz\$ 16 mil na falta do pagamento da taxa sobre as vendas dos dólares destinados às viagens internacionais.

Nos casos de cancelamento de passagens ou revenda da moeda estrangeira para instituição autorizada a operar em câmbio, o Banco Central restituirá os valores pagos. Nos próximos dias, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) definirá os exportadores que estão isentos ou a quais será ressarcido o pagamento dos encargos financeiros referentes a compra de dólares.

Redução

O movimento turístico nacional e para o exterior terá uma redução de 40% a curto prazo, como resultado dessa medida inconcebível que é a majoração das passagens internacionais e pela radical taxação à compra oficial do dólar para viagens. Esta é a opinião do presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens no Rio de Janeiro, Oscar Dalsenter.

A médio prazo, poderá acontecer uma recuperação da ordem de 25%, mas o prejuízo do setor já terá acontecido, acrescenta Dalsenter. "O desempenho setorial em 1986 será muito inferior ao de 1985". Ele acredita que, diante do quadro brasileiro, operadores de países tradicionalmente emissores de turistas rumo ao Brasil tomarão medidas de represália, como o desvio de pacotes turísticos para outros mercados.

Segundo Dalsenter, o setor esperava crescimento da atividade após o Plano Cruzado, mas essa expectativa foi frustrada pelas novas medidas governamentais.